



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
18 DE JUNHO DE 2019

N.º 13/2019

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Moreira Lopes, Prof. Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º
Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva. -----

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

SUMÁRIO	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Realização de Reunião Extraordinária do Executivo Municipal	3
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Proposta de alteração às Normas de Procedimento e Participação do Orçamento Participativo.....	3
2 – Alteração do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública	4
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
Tesouraria	
3 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 31 de maio a 13 de junho de 2019.....	6
UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
Serviços da Cultura	
4 – Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Conceição da Veiga – Pedido de Comparticipação Financeira.....	7
Serviços do Desporto	
5 – Concessão do Direito de Exploração do Bar das Piscinas Municipais – Ratificação de Despacho.....	8
APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO	
6 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	9

V

P

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Realização de Reunião Extraordinária do Executivo Municipal

----- 1 – O Senhor Presidente da Câmara informou, os Senhores Vereadores presentes, sobre a realização de uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, para o dia 25 de junho de 2019, pelas 10:30 horas. -----

----- Neste contexto, será enviada a respetiva convocatória, com todos os assuntos que irão ser objeto de apreciação, em tal reunião extraordinária, tudo, nos termos do quadro legal, em vigor, sobre a matéria. -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Proposta de alteração às Normas de Procedimento e Participação do Orçamento Participativo

----- 1 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

-----“Considerando que as normas de procedimento e participação do Orçamento Participativo do Município foram aprovadas em reunião de Câmara no dia 5 de fevereiro de 2019, onde constavam os prazos a ser observados para cada uma das fases do procedimento de implementação do Orçamento Participativo; -----

----- Considerando que na antecedência do cumprimento desses prazos estava pressuposta toda uma tramitação que incluía, desde logo, a criação da Comissão Técnica para avaliação das propostas a apresentar no âmbito do Orçamento Participativo e a fixação, pela respetiva Comissão, dos critérios para essa mesma avaliação; -----

----- Considerando que a Comissão Técnica é composta, ao abrigo do nº 2 do artigo 7º do Regulamento do Orçamento Participativo do Município, pelo Presidente da Câmara, por um




Técnico Municipal de cada área afeta ao orçamento participativo e por um elemento de cada partido com representatividade na Assembleia Municipal; -----

----- Considerando a complexidade dos critérios a fixar pela Comissão Técnica e a morosidade dos procedimentos e da sua tramitação técnica, os prazos inicialmente estabelecidos não foram possíveis de concretizar, pelo que se torna necessário fixar novos prazos para cada uma das fases do procedimento de implementação do Orçamento Participativo; -----

----- Concluídos que estão todos os formalismos legais, faltando apenas proceder à alteração dos prazos relativos a cada uma das fases do processo, por forma a incluir-se o projeto vencedor no Plano Plurianual para 2020, sendo para tal necessário alterar as normas de procedimento e participação no orçamento participativo. -----

----- Pelo exposto, caso mereça a concordância de Vª Exa., deverá o assunto ser submetido à apreciação do Executivo, a fim de: -----

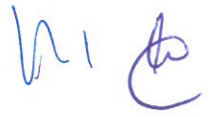
----- a) Aprovar a alteração às normas de procedimento e participação no Orçamento Participativo do Município; -----

----- b) Que, em caso de aprovação, pelo órgão Executivo, desta alteração às Normas de Procedimento e Participação do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos e no sítio da Internet do Município." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a alteração às Normas de Procedimento e Participação do Orçamento Participativo do Município e proceder à sua divulgação, nos termos da informação dos Serviços.** -----

Alteração do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



-----“ Considerando que o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública entre o Município de Santa Marta de Penaguião e o STAL- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara no dia 2 de abril de 2019; -----

----- Considerando que o mesmo foi assinado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, em representação do Município, e pelos Senhores Dirigentes do STAL em 24 de maio de 2019; -----

----- Considerando que o ACEP foi devidamente remetido à Direção-Geral da Administração do Emprego Público (DGAEP), conforme dita o nº 1 do artigo 368º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP); -----

----- Considerando que a 30 de maio de 2019, a DGAEP remeteu ofício ao Município comunicando a intenção de recusa de depósito do ACEP, em virtude de não estarem cumpridas as disposições das alíneas e) e g) do nº 2 do artigo 365º em conjugação com a alínea d) do nº 4 do artigo 368º, ambas da LGTFP; -----

----- Considerando que as alterações impostas se prendem unicamente com a enumeração dos trabalhadores abrangidos pelo ACEP e a referência à revogação do anterior ACEP, até então em vigor; -----

----- Pelo exposto, propomos à consideração superior a aprovação pelo Executivo Municipal da alteração ao ACEP a celebrar com o STAL, nos termos propostos, conforme ACEP alterado, que se anexa. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a alteração ao Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, nos termos constantes da informação dos Serviços.** -----

vi
Q

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

Tesouraria

**Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 31 de
maio a 13 de junho de 2019**

----- 3 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 31 de maio a 13 de junho de 2019, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	13/06/2019
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		161 040,49	Despesas Orçamentais	2 865 612,12
Execução orçamental	60 700,75		Correntes	2 396 033,22
Operações de tesouraria	100 339,74		Capital	459 578,90
Receitas Orçamentais		3 099 453,50	Operações de tesouraria	186 376,65
Correntes	2 798 778,50		Saldo para o dia seguinte:	377 118,57
Capital	300 675,00		Execução orçamental	294 542,13
Operações de tesouraria		168 613,35	Operações de tesouraria	82 576,44
Total		3 429 107,34	Total	3 429 107,34

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

11
20

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviços da Cultura

**Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Conceição
da Veiga – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 4 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Conceição da Veiga, registado sob o n.º 1302, de 30 de maio do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “A Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Conceição da Veiga, pessoa colectiva 508 431 042, vai realizar no fim-de-semana de 10/11 de Agosto de 2019, as festividades em honra de “Nossa Senhora da Conceição”. -----

----- Face ao exposto solicitamos a V.ª Ex.ª que, apesar das dificuldades orçamentais, considere a comparticipação monetária para a realização de tal evento. -----

----- Desde já ficam convidados V.ª Ex.ª, bem como a sua equipa autárquica para nos honrarem com a vossa presença. -----

----- Certo da compreensão por parte de V.ªs Ex.ªs, ” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 765. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 200,00€ (duzentos euros).** -----

Serviços do Desporto

**Concessão do Direito de Exploração do Bar das Piscinas
Municipais – Ratificação de Despacho**

----- 5 – Presente à reunião, para ratificação, despacho da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, datado de 05 de junho do corrente ano, no âmbito da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 57.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e posteriores alterações, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre o seguinte: -----

----- “Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, no passado dia 21 de Maio, foi aberto concurso público para **Concessão do Direito de Exploração do Bar das Piscinas Municipais**, o qual foi publicitado através do edital nº 38/DAFRH/2019. -----

----- Terminado o prazo para entrega de propostas, verificou-se que foram apresentadas duas (2) propostas, assim dispostas por ordem de entrada: -----

Nº ORDEM	CONCORRENTE	VALOR DA PROPOSTA
1	Essências & Palatos, Lda	525,00€
2	Paulo Rodrigues	855,00€

----- Tendo em consideração a proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal as mesmas ficam assim ordenadas:-----

Nº ORDEM	CONCORRENTE	VALOR DA PROPOSTA
1	Paulo Rodrigues	855,00€
2	Essências & Palatos, Lda	525,00€

----- Uma vez que o início de abertura do bar está previsto para o dia 15 de Junho e não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, a Senhora Vice Presidente pode autorizar que seja adjudicada a “Concessão do direito de exploração do Bar das Piscinas Municipais” ao concorrente **Paulo Rodrigues**, pelo valor de **855,00€** (oitocentos e cinquenta e cinco euros), uma vez que é a proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal, no entanto, o assunto deverá ser

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 13 de 18 de junho de 2019

presente à próxima reunião do Executivo para ratificação, conforme o definido do n.º 3 do artigo 35 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.” -----

----- Despacho da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “*Adjudique-se a concessão do direito de exploração do bar das piscinas municipais ao concorrente Paulo Rodrigues pelo valor de 855,00€, como informação infra. Leve-se o assunto para ratificação à próxima reunião de Câmara.*” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vice-Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO


Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 6 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica, com funções de Secretária que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:50 horas. -----

A Coordenadora Técnica,


(Maria da Piedade Ribeiro Moreira)

O Presidente Câmara,


(Luís Reguengo Machado, Dr.)